

Redes de memória na América – museus e museologia indígena em um cenário global

Entrevista com Hugues de Varine

Networks of Memory in America – Indigenous Museums and Museology in a Global Setting: interview with Hugues de Varine

Recebido em: 24/01/2025

Aprovado em: 17/04/2025

Alexandre Oliveira Gomes

Hugues de Varine

[Sobre o entrevistador e o entrevistado >>](#)

RESUMO

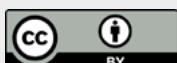
Entrevista realizada em julho de 2016, com Hugues de Varine, como desdobramento de uma rede de diálogos transnacionais mediados por ele entre movimentos de museus indígenas no Brasil, Canadá e México. Ao declinar do convite para vir ao Brasil e participar do II Fórum Nacional de Museus Indígenas (agosto de 2016, Aldeia Mina Grande, povo Kapinawá/PE), Varine propôs o envio de um vídeo com resposta a algumas questões a ele formuladas – a partir das noções de museologia indígena, museologia nativa e museus indígenas. Como um testemunho dos diálogos que aconteceram à época, e enquanto integrante do Internacional Council of Museums (ICOM), abordou como se deparou com “o problema” dos museus indígenas, historiando o que acompanhou deste debate global a partir da década de 1960. Segundo Varine, os museus indígenas e suas redes de memória se diferenciam de modo tenaz de uma museologia tradicional, constituindo experiências fortemente associadas aos processos organizativos e às mobilizações políticas pelos direitos dos povos indígenas junto aos Estados-nação, pioneiras no que hoje é conhecido como processos de descolonização dos museus.

Palavras-chave: Museus indígenas; redes de memória; museologia indígena; Hugues de Varine; descolonização de museus.

ABSTRACT

Interview conducted in July 2016 with Hugues de Varine, as part of a network of transnational dialogues mediated by him between indigenous museum movements in Brazil, Canada, and Mexico. When he declined the invitation to come to Brazil to participate in the 2nd National Forum of Indigenous Museums (August 2016, Mina Grande Village, Kapinawá indigenous people/PE), Varine proposed sending a video with responses to some questions posed to him—based on the notions of indigenous museology, native museology, and indigenous museums. As a testimony to the dialogues that took place at that time, and as a member of the International Council of Museums (ICOM), he addressed how he encountered “the problem” of indigenous museums, historicizing his engagement with this global debate from the 1960s onward. According to Varine, indigenous museums and their memory networks tenaciously differ from traditional museology, constituting experiences strongly associated with organizational processes and political mobilizations for indigenous peoples’ rights within nation-states, pioneering what is now known as museum decolonization processes.

Keywords: Indigenous Museums; Memory Networks; Indigenous Museology; Hugues de Varine; Decolonization of Museums.



Essa museologia viva, ativa, uma museologia de luta, é uma museologia que exerce sobre a terra, sobre a cultura, sobre o patrimônio, sobre os objetos, sobre a religião, sobre a memória de cada povo. Essa museologia é um instrumento de libertação e de negociação com a sociedade dominante, que enfrenta cada um e todos os povos indígenas.

Hugues de Varine, 2016.

Em dezembro de 2012, por ocasião do lançamento do seu livro, *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social*, no Brasil, Hugues de Varine, administrador e consultor francês, foi ao estado do Ceará para uma ampla programação envolvendo sua participação no II Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas no Ceará, na aldeia Lagoa Encantada, onde localiza-se o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé (Aquiraz/CE). Na ocasião, ficou bastante impressionado com o encontro, especialmente por conta do protagonismo de jovens indígenas nos processos museológicos. No período de três dias (2, 3 e 4 de dezembro), a programação contou com a parceria entre o Projeto Historiando, a Rede Cearense de Museus Comunitários e a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (via Museu do Ceará e Sistema Estadual de Museus do Ceará). Passamos a nos corresponder com frequência e ele acompanhou, à distância, a criação da Rede Indígena de Memória e Museologia Social, em dezembro de 2014, durante o II Encontro de Museus Indígenas em Pernambuco, na capital do estado.

Nos anos seguintes, Varine empreendeu esforços particulares para aproximar redes de povos e museus indígenas existentes no Brasil, Canadá e México. Entre abril e outubro de 2016, mediou contatos visando a conexão entre apoiadores e integrantes de iniciativas de museus entre populações originárias destes países, com o objetivo de incitar a criação de uma rede continental, a partir de redes já existentes. Assim, ocorreu uma série de diálogos virtuais entre indígenas, pesquisadores, professores e assessores que atuavam junto aos processos museológicos entre populações indígenas em diferentes contextos americanos. A ideia inicial era que essas pessoas compusessem um grupo de trabalho internacional

para pautar a discussão sobre o que ele chamava de “Museologias Nativas”, no âmbito do ICOM.¹

Varine considerava as diversas expressões de uma “museologia endógena e indígena” enquanto movimento político global registrado em diversas partes do mundo. Entusiasta das inovações teóricas e metodológicas efetivadas pelas ações museológicas indígenas segundo suas realidades, acompanhava de diferentes maneiras os referidos contextos e mantinha contato com pessoas nos três países em questão para compartilhar experiências.

No Canadá, sua referência era a professora Elise Dubuc, da Universidade de Montreal; no México, os antropólogos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) e assessores da Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca (UMCO), da Red de Museos Comunitarios de América e da Unión Nacional de Museos Comunitarios y Ecomuseos de México, Cuauhtémoc Camarena Ocampo e Teresa Morales. No Brasil, Varine entrou em contato comigo, que medie o diálogo com Suzenilson Kanindé e Ronaldo Kapinawá, articuladores da Rede Indígena de Memória e Museologia Social. Teresa e Cuauhtémoc inseriram nessa rede dialógica Dom Francisco Hernández Carreras, criador do Museu Comunitário HICUPA e liderança comunitária de Santana Teloxtoc (pueblo de ascendência Popoloca, situado no estado de Puebla, na fronteira com o estado de Oaxaca) integrante da UMCO, que atuava então como coordenador da Red de Museos Comunitarios de América.

Foram realizadas reuniões virtuais entre abril e junho de 2016, nas quais passamos a trocar informações sobre os encontros que estavam sendo organizados.² O trabalho realizado no México já era uma referência enquanto uma das experiências mais avançadas

¹ Varine apresentou um resultado preliminar desse diálogo entre 3 e 9 de julho de 2016, em Milão, na Itália, durante a 24a Conferência Geral do ICOM, que aconteceu juntamente com o Ecomuseums and Community Museums Forum, sob a temática Museums and Cultural Landscapes.

² Quando se iniciou essa rede interlocutória, seus integrantes estavam envolvidos na organização dos seguintes encontros: Meeting Sharing Quebec and the 3 Americas: Training in Museology and Native Heritage, de 25 a 27 de maio de 2016, em Mashteuiatsh, Canadá; Conference and the Ecomuseum Forum/ICOM, em 6 e 7 de julho de 2016, em Milão, Itália; II Fórum Nacional de Museus Indígenas, de 15 a 20 de agosto de 2016, no Território Indígena Kapinawá, município de Buíque, estado de Pernambuco, Brasil; VIII Encuentro de Museos Comunitarios de América, em Perquín/El Salvador, de 8 a 15 de outubro de 2016.

que conhecíamos relativa à gestão indígena de museus em seus territórios e à organização em redes colaborativas. Cruzar essas diferentes agendas de trabalho tornou-se o horizonte comum vislumbrado pelo grupo.

Uma das intenções de Hugues de Varine ao efetuar essa aproximação, além de possibilitar que integrantes de iniciativas afins se conhecessem, era visibilizar internacionalmente as atividades realizadas pelas experiências museológicas dos povos indígenas da América e, por consequência, viabilizar suas contribuições para a museologia mundial. Visionário, vislumbrava a possibilidade da criação de um comitê específico, no qual os representantes do que chamamos no Brasil comumente de “museus indígenas”, pudessem se reunir, se organizar e se fazer representar globalmente. Sonhava com a criação de um comitê de “Museologias Nativas” do ICOM – segundo ele, bastante viável e cuja ideia poderia partir dessa “rede de redes”.³

Desse modo, convidamos Hugues para participar do II Fórum Nacional de Museus Indígenas (que aconteceria em agosto de 2016), com o apoio do Adido Cultural da França no Brasil. Ele declinou da proposta, justificando que a idade já não permitia tantas viagens como antes, ainda mais para o Brasil, país para o qual as vindas sempre eram mais demoradas. No entanto, se propôs a enviar um vídeo, que gravaria especialmente para ser exibido no encontro, como resposta a algumas questões propostas. Esse vídeo foi sua colaboração ao fórum, uma mensagem de congratulação aos integrantes da Rede Indígena de Memória e Museologia Social e aos demais participantes do evento.⁴

Em 13 de julho de 2016, enviei algumas questões a Hugues de Varine. Em sua resposta de cerca de 31 minutos, enviada no dia 29 de julho, saudou os participantes do II Fórum e efetuou um diálogo sobre as noções de “museologia indígena”, “museologia nativa” e “museus indígenas”. Como testemunho dos diálogos que aconte-

³ Para uma descrição detalhada desta rede de interlocução entre povos, museus e movimentos indígenas do Brasil, Canadá e México, entre 2015 e 2016, ver GOMES (2019), especificamente o tópico 3.3.2.7 *Por uma rede interamericana de museus indígenas*.

⁴ Mais tarde, o material audiovisual foi transcrito, no contexto de redação da referida tese citada na nota anterior (Gomes, 2019).

ceram à época, e enquanto integrante do ICOM, contou o que sentiu ao se deparar com “o problema” dos museus indígenas, historiando seu acompanhamento desse debate global a partir da década de 1960. Ele aponta que os museus indígenas e suas redes de memória se diferenciam de modo tenaz de uma museologia tradicional, constituindo experiências fortemente associadas aos processos organizativos e às mobilizações políticas pelos direitos dos povos indígenas junto aos Estados-nação, pioneiras no mundo no que hoje é conhecido como processos de “descolonização dos museus”.

Apresentamos a seguir as questões inicialmente propostas a Hugues de Varine:

1. Por ter acompanhado o cenário museológico internacional há mais de quatro décadas, em sua opinião, qual o significado do surgimento de diversas apropriações dos museus e processos museológicos por populações indígenas em variadas partes do mundo?

2. Quais as experiências de museologia nativa que lhe têm chamado a atenção nos diversos continentes? O que trazem de novo para o ocidental mundo dos museus?

3. No Brasil, há ainda resistência de certos setores profissionais e acadêmicos do campo museológico quanto ao reconhecimento da museologia social e, de modo mais específico, quanto à legitimidade do fazer museológico dos museus indígenas, comunitários, de periferias e favelas urbanas, ecomuseus etc. Como avalia essa resistência?

4. Como percebe o surgimento das redes de museus, em especial os comunitários, em diversos locais do mundo – com destaque para os exemplos no continente da América?

5. A seu ver, o que diferencia a chamada “museologia tradicional” (disciplinar, normativa e técnica) do que vem sendo chamado de “museologia nativa”, com variações, mas com experiências significativas em países como Canadá, México, Estados Unidos, Austrália e Brasil?

6. As diversas apropriações dos processos museológicos e do patrimônio cultural por populações indígenas/nativas/autóctones/aborígenes têm trazido à tona cada vez mais o debate sobre a chamada “repatriação” de diferentes tipos de acervos e objetos, sobretudo os considerados sagrados, sejam arqueológicos, funerários ou

de restos ósseos. Qual sua opinião sobre essa polêmica discussão, ponto nodal de um contexto pós-colonial?

7. E em que as experiências museológicas indígenas podem contribuir para esse debate?

8. Ainda sobre a questão anterior, como percebe o impacto das atividades dos museus indígenas sobre as legislações nacionais relativas à gestão dos acervos museológicos, principalmente etnográficos e arqueológicos?

9. No cenário dos museus indígenas do Brasil, percebemos que se destaca uma intrincada relação: os processos museológicos enquanto parte das mobilizações políticas por direitos sociais pelos povos indígenas. Como avalia essa relação?

10. Por fim, gostaríamos de saber sua opinião sobre um processo em curso no Brasil já há alguns anos: a organização da chamada Rede Indígena de Memória e Museologia Social, também conhecida como Rede de Museus Indígenas, que está realizando em agosto de 2016 o II Fórum Nacional de Museus Indígenas. O que poderia falar aos indígenas que desenvolvem esses processos museológicos em seus territórios?

Apresentamos adiante as respostas, transcritas na exata sequência do vídeo, no qual Hugues agrupou questões afins, mais tarde subdivididas pelo entrevistador em blocos temáticos.

I - Primeiras experiências com a problemática dos museus indígenas

Bom dia! Muito bom dia a todos!

Estou muito feliz por essa oportunidade de falar com vocês.

Infelizmente, neste encontro, não posso estar fisicamente com vocês e participar do debate, participar da discussão.

O Alexandre Gomes mandou um e-mail com algumas perguntas e vou tentar responder a algumas delas com minha opinião, minha experiência pessoal... a experiência de um homem velho que, embora tão vivido, nunca teve a experiência de vida nas comunidades, como nas comunidades de vocês.

Assim, vou começar fazendo uma pequena cronologia de minha experiência pessoal quanto aos museus indígenas.

Meu primeiro contato com esse tipo de problema se deu num contexto muito diferente, foi numa reunião do Conselho Internacional de Museus, o ICOM, em 1962, em Neuchâtel, na Suíça, sobre a situação dos museus em países em desenvolvimento. De fato, eram países recentemente independentes, descolonizados. Não são museus indígenas, mas, sim, descolonizados, um problema envolvendo uma museologia descolonizada. O que nos mobilizava era como fazer, como adaptar à museologia tradicional, essencialmente europeia e norte-americana, as populações recentemente libertadas e independentes.

Eu vi em 1962, há muito tempo atrás, a dificuldade de uma adaptação desse tipo porque, de fato, e em especial no ICOM, há o domínio da museologia ocidental, a museologia dos países europeus e norte-americanos. Foi muito difícil pensar em termos locais, em termos indígenas, por exemplo.

Havia um primeiro esforço, no México dos anos 1960, quando Mário Vázquez, museólogo do Instituto Nacional de Antropologia, realizando a exposição permanente do Museu Nacional de Antropologia do México, decidiu convidar ou associar representantes de comunidades indígenas mexicanas para se apresentarem na exposição permanente do Museu Nacional de Antropologia. Mário Vázquez, que é de origem indígena, pensava ser essencial que os herdeiros das culturas apresentadas na exposição pudessem compreender e validar a apresentação de seus objetos e coleções.

Mais tarde, em 1986, na cidade de Jokkmokk, norte da Suécia, havia um seminário internacional de museus de povos indígenas, com representantes de Hawaí, do Cazaquistão, dos Ainus do Japão... Jokkmokk é o centro do país Sami, um povo indígena do sul da Escandinávia.⁵ Essa reunião de Jokkmokk foi interessante, porém, difícil, pois os participantes de origem indígena tiveram uma educação clássica, nas escolas e nas faculdades dos países industrializados,

⁵ Nota do entrevistador: Os Sami são um povo indígena que habita a região da Lapônia, ocupando territórios de partes da Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. Atualmente, Jokkmokk é uma comuna da Suécia, considerada a “capital” dos Sami naquele país.

países ricos da Europa e América do Norte. E foi muito difícil pensar em outros termos que não os termos clássicos da museologia. Para mim, foi uma experiência interessante, mas um pouco frustrante.

Mais tarde, entre os anos 2003 e 2008, tive a oportunidade de participar ativamente de um programa de cooperação entre várias comunidades indígenas de Quebec, no Canadá, junto à Universidade do Québec, para discutir a criação de programas de desenvolvimento local dessas comunidades indígenas, com base no patrimônio imaterial – nesse caso, porque havia pouco patrimônio material. Mas foi uma iniciativa muito importante. Fomos obrigados a ajudar essas comunidades a reinventar uma maneira de pensar, de inventar e representar seu patrimônio – inclusive, redefinir a palavra “patrimônio” na língua deles, o que para mim foi uma experiência única. Descobri que esta palavra, que utilizo todos os dias e para mim é importante, é uma chave da ação do momento, da ação cultural, social etc. Uma palavra que não é compreensível, difícil de traduzir e ser absorvida no vocabulário de cada língua, já que elas não têm a palavra patrimônio! Difícil inventar maneiras de exprimir o mesmo conceito.

II – Museus indígenas e museologias nativas

Agora, em 2016, temos esse movimento interamericano de cooperação entre vocês, os mexicanos e os canadenses. Vocês podem dar início a um movimento que tem tudo para dar bons frutos e construir no futuro uma cooperação entre iguais, entre comunidades indígenas diversas, mas com um interesse único, que é o interesse no desenvolvimento de cada povo e de cada cultura, e de valorização de cada patrimônio.

Vou passar a responder às perguntas do Alexandre.

A museologia indígena – “nativa”, como se diz –, para mim, é um ato político, uma museologia essencialmente política. Não é como a museologia tradicional, baseada em coleções, na importância do acervo. O acervo é importante. E por quê? Porque é um instrumento material, é a matéria-prima de uma estratégia política de desenvolvimento de cada povo, de cada povo com sua língua, não

só a língua, falada ou escrita, mas a língua cultural... e não só seu passado, mas seu presente e seu futuro.

Essa museologia viva, ativa, de luta, é uma museologia que se exerce sobre a terra, a cultura, sobre o patrimônio, os objetos, a religião, sobre a memória de cada povo. Essa museologia é um instrumento de libertação e de negociação com a sociedade dominante, no enfrentamento de cada um e todos os povos indígenas.

Então, essa ideia de uma museologia política é importante para distinguir todos os museus indígenas de uma museologia artística, estética, científica, turística. Uma museologia de identidade, de comunidades locais, de pequenos territórios. Na maioria dos museus tradicionais, isso não é um desafio político, mas os museus comunitários são importantes para o desenvolvimento local. No caso dos museus indígenas, é uma condição inventar uma museologia endógena, original, criada, inventada por cada povo, cada comunidade. É a condição de uma... não sei como dizer exatamente, pois o português não é a minha língua nativa... É condição de equilíbrio entre a identidade local e a relação com outras identidades vizinhas, como a identidade nacional. O museu pode ser um exercício essencial de construção, de edificação de uma capacidade de reação, de negociação, uma capacidade de tramitação com os outros – as outras sociedades, as outras comunidades, com o governo local, com o governo nacional etc. – nas instâncias internacionais. O museu pode ser o primeiro passo, na minha opinião, de uma existência política forte, no problema de guerra, de uma luta entre iguais, no sentido social, cultural, econômico. No sentido de invenção do futuro.

Assim, o objetivo do museu indígena não é de criação de uma coleção, não é só de promover uma exposição, expor a coleção, a coleta da memória, a documentação das tradições etc. São elementos de construção da comunidade e penso que isso faz a diferença em relação aos museus tradicionais, onde a coleção é o centro, fica no centro do museu, nos quais os objetivos são a criação, conservação e a apresentação da coleção. Os museus indígenas implicam a criação de um instrumento político pelo povo. Os objetos da coleção e as tradições são matéria-prima do discurso político, cultural, social, educacional, econômico. É por essa razão que um museó-

logo indígena, na minha opinião, tem que ser um agente de desenvolvimento antes de ser um bom pesquisador, um bom técnico de exposição ou bom conservador físico dos objetos. Tem que ser uma agente central na comunidade porque ele tem a matéria-prima necessária para criar seu futuro. Mas a coleção não é o essencial nos museus indígenas, em minha opinião.

Resta a questão da recuperação, o problema dos direitos culturais, dos direitos políticos desses povos, da recuperação dos objetos mais importantes de sua herança, de seu passado, que existem e foram roubados por pesquisadores, por colecionadores, por comerciantes de todo mundo, e hoje estão nas coleções privadas e nos museus públicos, nos maiores museus públicos do mundo, como Louvre, British Museum, museus estadunidenses, do Quai Branly, em Paris. Aliás, todos os objetos do Quai Branly pertencem, de fato, a povos indígenas!

E, o que fazer? O assunto foi discutido várias vezes em reuniões da Unesco e do Icom. É muito difícil, porque, como vocês sabem, todos os museus tradicionais têm uma regra importante, absoluta: a regra da não alienação dos objetos das coleções. É proibido acessar, vender ou doar os objetos das coleções, eles têm que permanecer na coleção de cada instituição. Isso é como uma religião para os museólogos, particularmente os dos museus maiores. Na França, temos o caso das cabeças tatuadas de antigos chefes tradicionais Maoris, da Nova Zelândia, que fazem parte da coleção de vários museus da França. Foi muito difícil definir tudo isso. Precisamos de uma lei no parlamento que permita a restituição desses vestígios humanos – sim, porque eram vestígios humanos, não apenas objetos importantes para o povo Maori. Finalmente, foi possível, depois de três, quatro anos de debates.

Esse problema da restituição é permanente, importante e muito difícil de ser resolvido. Há várias categorias de objetos, alguns são vestígios humanos – ossos, cabeças, esqueletos etc. Agora há mais ou menos um consenso internacional sobre a restituição. O problema está nos objetos de valor espiritual, religioso. Quando um objeto é considerado pelo povo de origem como sacro, ainda vivo, e que ainda não perdeu seu valor religioso, é mais fácil

o consenso. Há um caso conhecido, o do Museu de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica, Vancouver, no Canadá. Existe um acordo entre o museu da universidade e os povos indígenas da região de Vancouver que diz que os objetos sacros desses povos são conservados – no sentido de conservação física – no Museu. São objetos frágeis, muito antigos. Embora conservados no Museu, pertencem aos povos e podem ser recuperados cada vez que precisem deles em cerimoniais, festas ou ritos religiosos. Nesse caso, tudo é bem organizado, pois esses povos não têm condições de conservá-los e a universidade tem. Assim, os objetos permanecem vivos, permanecem úteis, para a cultura, para a religião e rituais. Outros objetos, como os da vida cotidiana, os objetos mais ou menos artísticos e sem um valor espiritual, embora seja interessante recuperá-los, também são importantes para representar essas culturas dentro de outros museus. O que vale é restituir não somente os objetos, mas talvez reproduções deles, fotos, fichas de identificação etc. O melhor seria que cada povo, cada comunidade tivesse um inventário completo – ou mais ou menos completo – de seu patrimônio. Mas sabemos que parte desse patrimônio está espalhado em outras partes do mundo.

Quero acrescentar que na minha opinião os museus indígenas, mais que outros museus comunitários, precisam ter, no coração do museu, um centro de documentação sobre o povo. E documental não baseado em uma noção estreita de patrimônio, mas como um banco de dados. Acho que o melhor lugar para um banco de dados global, total, de cada comunidade, é no museu indígena. Vários museus comunitários consideram o museu como um centro de documentação, a disposição de todos atores de desenvolvimento, de todos os atores políticos, oferecendo documentos, dossiês, acordos das negociações com vizinhos, com governos, locais, regionais, nacionais. E o papel de um tipo de centro de documentação como esse é servir a comunidade e suas autoridades, os eleitos, os chefes. É um dos serviços que o museu indígena pode oferecer a seu povo.

III – Sobre as redes de museus indígenas

Por fim, vou falar um pouco sobre as redes que vocês estão construindo.

Acho que é uma coisa muito importante. Todas as comunidades, todos os povos indígenas são relativamente pequenos em tamanho, em importância econômica, demográfica etc. Mas, juntos, eles podem criar uma força política, social, aquela força que provém da diversidade cultural unida. Cada cultura é diferente, mas os povos indígenas do Brasil, e dos outros países, constituem uma diversidade cultural particular. Há diversidade biológica e cultural em todos os países. Em cada país, as comunidades indígenas formam um mosaico de interesses, com suas culturas, seus patrimônios e seus museus. A noção de redes que vocês estão construindo ano após ano é de fato uma das coisas que eu considero mais importantes para o futuro do mundo, não só dos povos indígenas, mas do mundo. Porque não se trata apenas de diversidade biológica, de biodiversidade, dos pequenos, dos bichinhos, das espécies, das ervas, mas da diversidade dos povos! É essencial manter vivos a diversidade dos povos, de seus recursos patrimoniais e culturais.

Enfim, obrigado pela coragem de ouvir meu discurso, em mau português, de além-mar, mas faço votos de sucesso nesse encontro. O que vocês fazem é muito importante não só para vocês, mas também para todo o mundo do patrimônio, o mundo da cultura, o mundo humano.

Referências

GOMES, Alexandre Oliveira. *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Esta entrevista foi efetuada durante pesquisa de doutorado em Antropologia realizada como apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil), e se deu por meio da concessão de uma bolsa de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, entre 2014 a 2019; e, ainda, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Doutorado-Sandwich no Exterior/PDSE, por intermédio do qual atuei como Estudante-Huésped no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) - Unidad Pacífico Sur (Oaxaca, México), realizando trabalhos junto à Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca/UMCO.

Alexandre Oliveira Gomes | Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). Professor de Etnologia Indígena do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), atuando também em sua Licenciatura Intercultural Indígena (LIINDI). Coordenador da Escola Livre de Museologia Política/PE, pesquisador do Nepe/Ufpe, assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social e do Museu dos Kanindé. Autor dos livros *Museus e memória indígena no Ceará: uma proposta em construção* (Secult/CE, 2009, em coautoria com João Paulo Vieira), *“Aquilo é uma coisa de índio”: objetos, memória e etnicidade no Museu dos Kanindé do Ceará* (Edufpe, 2016); e da tese de doutorado *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico* (PPGA/UFPE, 2019). Email: amanayparangaba@yahoo.com.br. | Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4517860485776752>. | Orcid: 0000-0002-5886-0500.

Hugues de Varine | Nasceu em Metz, na França. É historiador, museólogo e arqueólogo, um dos pioneiros da “nova museologia” e criador do conceito de ecomuseu (1971). Diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) entre 1965 e 1974, atuou como um dos principais colaboradores do Ecomuseu de Creusot-Montceau-les-Mines (França), criado em 1974. Considerando-se discípulo do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), seus trabalhos inspiraram diferentes vertentes da museologia social e comunitária no Brasil e no mundo. Foi organizador da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) e integrante do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM, de 1985). Dentre suas publicações em português, além de vários artigos e entrevistas, destacamos os livros *O tempo social* (1987) e *Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local* (2012).

[<< Voltar ao início](#)